

ACTA NÚMERO QUATRO

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BELMONTE, REALIZADA EM VINTE E OITO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E SEETE.

Aos vinte e oito dias do mês de Setembro de dois mil e sete, pelas 20:45 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Belmonte, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal Manuel Tomás Geraldès, comigo o Senhor António Manuel Evaristo Duarte primeiro Secretário da Mesa e o Senhor Artur Alberto Mendes de Elvas Segundo Secretário da Mesa.

Eleitos do PS: Alfredo Guerra Martins, Maria da Graça Pedruco Paulo Amaro;

Eleitos do PSD: Acácio Bernardo Nunes Dias, António Luís Nave D'Elvas, António Pinto Serra, Francisco António Afonso Barata Silveira e José Carlos Dias Duarte Gonçalves;

Eleitos da CDU: Ilda Maria Barroso Leal;

Presidentes de Juntas eleitos do PS: Manuel Firmino Cameira Presidente da Junta de Freguesia de Inguias, António Manuel Gonçalves Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte e Carlos Manuel Teixeira Amaro Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas.

Em virtude do membro constituinte da Assembleia Municipal, da lista do PS Senhor Joaquim Robalo Amaro ter falecido, em conformidade com o artigo 14 da Lei Orgânica n.º 1/2001 de 14 de Agosto da Lei Eleitoral dos órgãos das Autarquias Locais, foi convocado o Senhor Eduardo Carlos dos Reis Gomes.

Em virtude do membro constituinte da Assembleia Municipal, da lista do PS Senhora Deputada Catarina Alexandre Teixeira Mendes ter pedido a renúncia de mandato, em conformidade com o artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua última redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, 11 de Janeiro, foi convocado o Senhor José Proença Gonçalves.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia após ter verificado que existia quórum deu por aberta a sessão e leu o edital que deu origem à convocatória. Informou que a Digníssima Assembleia iria funcionar com 16 presenças, registando-se as ausências da Senhora Deputada Maria Manuela Martins Sampaio e dos Senhores Deputados José Martins da Fonseca, bem como as ausências do Presidente de Junta de Freguesia de Caria Senhor Vítor Manuel Alves e do Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal da Torre Senhor Paulo Jorge Dias Duarte Gonçalves.

De seguida leu a ordem de trabalhos que, se transcreve:

- 1 – Aprovação da acta da sessão realizada em vinte e nove de Junho de 2007;
- 2 – 1.º Período de Intervenção dos Senhores Múncipes;
- 3 – Período de antes da Ordem do Dia;
- 4 – Período da Ordem do Dia;

4.1 – Informações do Presidente sobre a Actividade Municipal e Situação Financeira do Município;

4.2 – Pedido de isenção de IMT ao abrigo da alínea j) do artigo 6º do CIMT – Maria dos Prazeres Fonseca Almeida Vicente;

4.3 – Fixação do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2007;

4.4 – Alteração dos protocolos de gestão das Piscinas Municipais de Belmonte e Caria;

4.5 – Suspensão Parcial do Plano Director Municipal de Belmonte e Estabelecimento de Medidas Preventivas – Vale da Gaia – Alteração ao texto das Medidas Preventivas;

4.6 – Águas do Zêzere e Côa, S.A. – Empreitada de Saneamento – Concurso M (Lote I) – ETAR de Monte do Bispo – Pedido de Declaração de Utilidade Pública;

5 – 2º Período de Intervenção dos Senhores Municípes;

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** informou que iria passar ao expediente e informou Assembleia que através de informação escrita tinha sido dado conhecimento da correspondência recebida e expedida.

1 – APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO REALIZADA EM VINTE E OITO DE JUNHO DE 2007;

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou que se iria proceder à votação da acta da Assembleia Municipal de Belmonte, realizada em 28 de Junho de 2007, tendo dado a palavra aos senhores deputados para as devidas correcções.

Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria, aprovar a acta da sessão ordinária realizada em 28 de Junho de 2007, com 14 votos a favor e 2 abstenções do Senhor Deputado José Proença Gonçalves e da Senhora Deputada Maria da Graça Pedruco Paulo Amaro, por motivo de ausência na referida sessão.

2 – 1º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES MUNÍCIPES;

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao público presente, não tendo havido qualquer intervenção.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou a assembleia que naquele momento se registavam 15 presenças com a entrada do Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal da Torre Senhor Paulo Jorge Dias Duarte Gonçalves;

3 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia apresentou um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Joaquim Robalo Amaro:

“Voto de pesar:

O Professor Joaquim Robalo Amaro foi deputado da Assembleia Municipal de Belmonte, eleito pelas listas do Partido Socialista, tendo sido um autarca exemplar.

A sua actividade profissional, social e cívica, e a sua natural simpatia e afabilidade, granjearam-lhe o respeito, a consideração e amizade da comunidade de Belmonte.

O Concelho perdeu um grande cidadão, um homem de valor com valores.

A Assembleia Municipal de Belmonte lastima profundamente o seu falecimento, expressando á família as mais sentidas condolências.

De seguida informou que se iria passar à votação do voto de pesar pelo falecimento do Senhor Joaquim Robalo Amaro.

Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar o voto de pesar.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse:

“Honrando o compromisso do Senhor Secretário assumido na última Assembleia, passo a informar da posição da mesa sobre as afirmações, entenda-se acusações da autoria do então Deputado Senhor Doutor José Martins da Fonseca dirigidas a:

Mesa, ao funcionário responsável pela elaboração das actas, Luís Amaro e ao jornalista da Rádio Caria, Sérgio Paulo Gomes.

- 1) A mesa decidiu tornar pública a sua posição de desagrado, não só por ter sido posta em causa, sem fundamento, a sua competência na supervisão e orientação na feitura das actas, mas também porque se sente ofendida na honra;
- 2) Relativamente às acusações dirigido ao funcionário, entende que não há indícios de falta de rigor, continuando o mesmo a merecer a confiança nele depositada;
- 3) Sobre o jornalista da Rádio Caria acreditamos no seu trabalho jornalístico isento e de qualidade. A avaliação do seu desempenho compete aos dirigentes da Rádio Caria;
- 4) Sobre as alegadas omissões apontadas pelo então ex. -Deputado Senhor Doutor José Martins da Fonseca, remetemo-lo para o artigo 55º do regimento, nomeadamente para os pontos 2.3 e 4;
- 5) As actas serão enviadas até 30 dias após a realização da Assembleia municipal, para tanto serão elaboradas até duas semanas após com envio aos secretários para efeitos de eventual correcção.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse:

“Finalmente chegou ao fim o processo de negociação relativamente à abertura do Centro de Saúde de Belmonte aos fins-de-semana. Se bem se lembram foi nesta Assembleia Municipal apresentada uma moção, expressando o sentimento e o desejo dos munícipes na abertura do Centro de Saúde aos fins-de-semana e feriados.

Neste tempo que decorreu foram feitas algumas negociações, e tanto o Senhor Presidente da ARS de Coimbra como a Presidente da Sub-região de Saúde de Castelo Branco empenharam-se e envolveram-se no sentido de que este problema fosse resolvido. Conseguiu-se que o Centro de Saúde de Belmonte abri-se aos fins-de-semana e feriados com um horário de seis horas ao domingo, sábados e feriados em cada dia. Esta Assembleia Municipal está de parabéns, porque foi de facto esta assembleia que foi a impulsionadora no sentido de resolver esta questão que é muita querida de toda a população. Em principio o Centro de Saúde de Belmonte irá começar a funcionar nestes moldes no dia 13 de Outubro.”

De seguida informou a Assembleia que naquele momento se registavam 19 presenças com a chegada dos Senhores Presidente de Junta de Freguesia de Caria e Colmeal da Torre bem como com a chegada da Senhora Deputada Maria Manuel Martins Sampaio.

O Senhor **António Manuel Gonçalves Rodrigues** Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte:

“Gostaria de felicitar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, por aquilo que nos acabou de dizer. Penso que estamos todos de parabéns, uma vez que era uma ambição da população de Belmonte esperada à muito tempo.

Relativamente ao Posto de Enfermagem de Belmonte Gare gostaria saber qual o ponto de situação, se vai abrir ou não. Qual a sua opinião relativamente a este assunto?”

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse:

“Em primeiro lugar, a minha opinião é que o Posto de Enfermagem de Belmonte Gare deve abrir, pelo que ainda só não abriu por falta de recursos humanos. Aguardamos que seja colocado mais um elemento de enfermagem para podermos trabalhar nesse sentido.”

A Senhora Deputada **Ilda Maria Barroso Leal** (CDU):

“Ano novo com velhas preocupações por resolver

No início de mais um ano lectivo a grande novidade foi a enorme operação mediática em que o Governo e Ministério da Educação se lançaram, para tentar esconder a verdadeira realidade em que o país se encontra no domínio da Educação.

Foi uma azáfama tremenda a distribuir computadores; a anunciarem medidas de apoio social aos alunos mais carenciados, de combate ao abandono e insucesso escolares; a considerarem muito positivo a escola a tempo inteiro (ignorando críticas generalizadas de todos os intervenientes), o processo de colocação dos professores...

Afirmaram os nossos governantes que este é que é o caminho a trilhar! É?

Longe das câmaras televisivas e dos discursos oficiais, a CDU encontra uma realidade bem diferente da propagandeada pelo Ministério da Educação!

A chaga do desemprego docente aumentou! E, ao contrário do que o Governo afirmou, a esmagadora maioria dos desempregados são professores com tempo de serviço, com formação completa para o exercício da profissão e, mais importante, necessários nas escolas...

Há alunos com necessidades educativas especiais sem o necessário acompanhamento.

Em cinco anos, os preços com Educação subiram em média 38% e está devidamente comprovado que as causas do insucesso e abandono escolar provêm essencialmente dos baixos rendimentos das famílias.

46% dos portugueses abandonam a escola antes de concluírem o 12.º ano.

26 Milhões de euros foi quanto receberam em apoios do Estado, no segundo semestre do ano passado, os dez colégios privados mais financiados.

Em contrapartida, no ano lectivo que passou encerraram mais cerca de 500 escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico, a juntar-se às mais de 1600 encerradas no ano anterior com o argumento de se acolherem os alunos em escolas com melhores condições. Nada mais falso! O objectivo principal é reduzir a despesa pública através da redução do número de

escolas e, por consequência, de professores e auxiliares. É fazer cumprir, na Educação, os objectivos do PRACE. É subtrair às populações o acesso a serviços e bens públicos de primeira necessidade!

E quanto a acolhimento, vejamos: há crianças que chegam a deslocar-se 30 quilómetros até às escolas de acolhimento, muitas vezes em transportes que não oferecem quaisquer garantias de segurança, ou com horários completamente desadequados, que leva a que muitas crianças fiquem fora de casa mais de 12 horas. Estes factores levam a que as crianças criem uma imagem desfavorável da escola e que mais tarde a abandonem precocemente.

Se esta é a radiografia do país, no nosso concelho os problemas também se avolumam de ano para ano sem que os responsáveis autárquicos tenham capacidade para os enfrentar e resolver!

No ano transacto encerrou 1 escola do 1º Ciclo. Este ano mais 3. Questiona-se? Qual a intervenção da autarquia (Câmara e Juntas de Freguesia) para defender as nossas escolas públicas, as nossas populações, as nossas crianças, no acesso ao direito ao ensino?

Podemos admitir que o encerramento de escolas com um reduzido número de alunos é compreensível... É completamente inaceitável o fecho da escola do Monte do Bispo!

Sr. Presidente da Câmara, Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Caria, Senhores Autarcas:

A inevitabilidade, a inércia, o desinteresse,... são ratoeiras perigosas para quem gere os destinos das populações! Mais tarde ou mais cedo paga-se a factura e pode ter consequências irreversíveis!...

No abate desenfreado de escolas, este ano já se sentiu o recuo de algumas decisões. Só no distrito de Castelo Branco estavam inicialmente assinaladas 65 e, destas, 42 não encerraram. Fica claramente demonstrado que vale a pena lutar!

Se o encerramento de escolas é polémico, o que vem a seguir também ilustra a falta de atenção, de carinho, de importância que são dados às famílias e especialmente, aos alunos deslocados:

Alunos das Inguias acolhidos na Escola do Carvalhal Formoso:

Foi preciso a Professora impor-se para que fosse encontrada uma solução para as refeições das crianças! E ainda assim, um triste remedeio: o almoço é servido no pátio da entrada, sem que tenha pessoal próprio para o servir, como acontece na esmagadora maioria dos locais do resto do distrito!

Alunos do Monte do Bispo acolhidos na Escola de Caria:

É incrível e completamente inaceitável que para se deslocarem entre Monte do Bispo e Caria tenham de sair às 7h30m e que só regressem a casa muito depois da 18h00... não se encontra qualquer justificação plausível e repudia-se veementemente a manutenção desta situação! A CDU exige que rapidamente se encontre uma solução humana e digna do respeito que as crianças merecem!

Belmonte é o único concelho do distrito de Castelo Branco em que a componente de apoio à família, no que diz respeito ao prolongamento do horário, não está a funcionar (com a honrosa excepção do Colmeal da Torre).

Nesta linha de preocupações a CDU denuncia e responsabiliza a Câmara PS pela baixa frequência de crianças nos Jardins-de-infância públicos do concelho.

A CDU saúda calorosamente os pais e encarregados de educação que, de forma persistente, têm resistido a retirar os seus filhos dos Jardins-de-infância públicos e que não têm regateado esforços na luta pelos direitos que lhes assistem!

Jardim-de-infância de Caria há 16 crianças a frequentar mas os pais estão em "pé de guerra" por não se resolver o problema do prolongamento do horário.

Jardim-de-infância de Belmonte em clara regressão no número de alunos devido ao mesmo problema.

Jardim-de-infância Monte do Bispo tem 7 crianças inscritas e só 2 a frequentar. Não têm transporte, que em anos transactos estava assegurado e que, fruto do encerramento da escola do 1º Ciclo, agora ficou sem solução...

Jardim-de-infância de Carvalhal Formoso tem 7 inscritos e só 4 a frequentar. Os pais não têm quem tome conta deles após o horário lectivo!

É mais do que tempo de resolver a situação! Sr. Presidente da Câmara:

Perante a Constituição da República Portuguesa, a Lei de Bases do Sistema Educativo, e outros normativos legais, a autarquia tem de dar primazia à Escola Pública. Só depois vêm os apoios às instituições privadas. É lamentável que nunca assim o tenha entendido e que a sua prática seja exactamente o oposto!

A CDU exige que se criem as condições, nas escolas e jardins-de-infância públicos, adequadas ao exercício das funções docentes, às aprendizagens pelos alunos e aos direitos das famílias, única forma de dar cumprimento aos objectivos para que a educação e o ensino existem, nas suas vertentes pública, universal, inclusiva, de qualidade e com interesse estratégico para o país.

Belmonte, 28Setembro 2007.”

O Senhor Deputado António Luís Nave D` Elvas (PSD):

“Em primeiro lugar esclarecer que a minha intervenção prende-se com o ponto anterior tratado. Congratulamo-nos com a abertura do Centro de Saúde aos fins-de-semana e feriados, mas também é nossa preocupação a necessidade do Centro de Cuidados Continuados, porque este centro permitiria vir complementar a unidade de saúde já em funcionamento rentabilizando os seus recursos humanos possibilitando a criação de postos de trabalho e oferecer melhores condições de vida aos pacientes em convalescença e que possam estar mais perto das suas famílias. Embora nos congratulemos, o trabalho não está acabado, e não vemos solução aparente, num tempo razoável, para esta situação. Pelo que fica o desejo de vermos o mesmo empenho, não só desta assembleia, mas também do executivo e de todas entidades envolvidas neste processo, para que possamos ver implementada esta unidade no Concelho de Belmonte.”

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia esclareceu:

“Gostaria de responder ao senhor deputado utilizando uma frase da sua intervenção “o trabalho não está acabado”, mas tanto quanto eu sei ainda não foi atribuída pela ARS de Coimbra qualquer outra unidade de Cuidados Continuados no Distrito de Castelo Branco, pelo que temos a funcionar no distrito Fundão e Idanha. Aquilo que eu sei, é que Belmonte faz parte também das preocupações da ARS, e penso que mais tarde ou mais cedo esta unidade irá ser instalada.”

O Senhor Deputado **Acácio Nunes Bernardo Dias** (PSD):

“Como todos sabemos entrou em vigor em um de Janeiro do corrente ano a nova lei das Finanças Locais.

A nova lei veio permitir às Câmaras Municipais a possibilidade de também elas poderem conceder benefícios fiscais aos cidadãos residentes.

Atendendo ao facto de o nosso Concelho ser um Concelho do Interior sujeito a desertificação.

Atendendo ao facto de todos conhecido que o custo de vida no nosso Concelho é igual ou superior ao das cidades que nos circundam.

Atendendo ao facto de que a grande maioria dos trabalhadores do Concelho auferem salários significativamente reduzidos.

Presente ainda a circunstancia de que as famílias atravessam dificuldades económicas.

Considerando ainda que vários fiscalistas entendem serem as Taxas de IRS elevadíssimas e que as mesmas são iguais quer nos Concelhos ricos do litoral ou do interior.

Tendo presente de que o Governo anunciou que no próximo Orçamento de Estado vai conceder e aumentar os benefícios fiscais nos Concelhos do Interior, através da redução da Taxa de IRC. (Imposto sobre as Empresas)

Entendemos que deixou a possibilidade da redução do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) às Câmaras Municipais, como se depreende da Lei das Finanças Locais.

Considerando o que atrás ficou exposto, propomos ao Exmo. Executivo e submetemos à votação desta Assembleia Municipal a seguinte proposta:

De acordo com a LEI DAS FINANÇAS LOCAIS que entrou em vigor em um de Janeiro de 2007 e que estabelece o regime financeiro dos Municípios, as Câmaras Municipais passarão a usufruir de uma repartição dos recursos públicos entre os quais o I R S como se refere nas alíneas c) e d) do artigo 19.º, conjugado com o disposto no artigo 20.º e 56.º da mesma lei.

Atendendo ao estabelecido no numero 2 do artigo 20.º da já referida lei as Câmaras Municipais poderão prescindir de uma parte desse imposto o qual reverterá a favor do sujeito passivo, o que quer dizer a favor do cidadão.

Atendendo igualmente ao numero 2 do artigo 12.º Poderá a Autarquia conceder outros benefícios fiscais relativamente a outros tributos próprios a que terão direito para projectos de investimento de especial interesse para o Concelho.

Podendo estas medidas contribuir para a fixação no nosso Concelho de pessoas, e indústrias propomos ao Exmo. Executivo que tome as medidas necessárias de acordo com a referida

lei, no sentido de conceder na sua expressão máxima o benefício fiscal ao cidadão tributado em sede de IRS.

Propomos igualmente que seja concedida uma redução do IMI às empresas que se instalem no Concelho, com relevante ocupação de mão-de-obra e que cumpram outros objectivos a definir pelo Município.

Recomendamos ainda que a Câmara Municipal divulgue com regularidade e através de vários meios, todos os benefícios concedidos às populações, para que os mesmos sejam de todos conhecidos e possam contribuir para a fixação de pessoas.”

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou aberto o período de discussão relativamente à proposta apresentada pelo PSD.

De seguida informou que se iria passar à votação da proposta apresentada pelo PSD.

Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria, aprovar a proposta apresentada, com 7 votos a favor do PSD e 2 do PS, com 3 votos contra do PS e com 6 abstenções do PS e com 1 abstenção da CDU.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia começou por dar a palavra ao Senhor António Manuel Gonçalves Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia e Belmonte.

O Senhor **António Manuel Gonçalves Rodrigues** Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte:

“Não é a primeira vez que venho aqui falar da construção do Nó Sul de ligação a A23. Ainda recentemente tive a oportunidade de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal se esta obra constava do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Comunidade Urbana das Beira, pelo que respondeu-me que sim. Hoje trago aqui uma proposta sobre esta matéria, até porque continuo a acreditar que não vale a pena falarmos em crise de emprego, não vale a pena falarmos dos problemas da educação, não vale a pena andarmos a discutir uma série de condicionantes que temos enquanto não resolvermos este problema. Para mim é uma obra fundamental é a ligação ao futuro. Julgo que esta ligação ao Nó Sul de Malpique é fundamental para Belmonte, e como a Comissão Permanente tem como objectivo gerar consensos vou apresentar uma proposta para a Comissão Permanente:

Proposta:

“Considerando que:

A construção desta ligação é fundamental para a retoma do desenvolvimento socio-económico de Belmonte.

Que é natural que, nas próximas décadas, a descentralização do interior persista, em benefício das grandes cidades.

Que Belmonte também deve ser analisado numa perspectiva de vantagens competitivas, tal como as empresas, e que neste caso, direi que a construção ao Nó de Malpique condiciona de forma decisiva o futuro desta terra.

Que estamos perante a última oportunidade estrutural de que dispomos e que não podemos perder, até porque se trata de uma decisão crítica em que, não só os eleitos locais, mas também todos os Belmonteses se devem envolver.

Proponho a esta Assembleia que aprove a discussão deste assunto no âmbito da Comissão Permanente desta Assembleia, com o intuito de diligenciar no sentido da criação de um Grupo de Trabalho transconcelhio e forte (ou Lobby de Influencia) (Belmonte, Covilhã, Guarda e Manteigas) com o objectivo de tentar influenciar as decisões de financiamento e de concretização deste projecto.”

De seguida informou que se iria passar à votação da proposta apresentada pelo PS.

Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.

O Senhor **António Manuel Gonçalves Rodrigues** Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte, apresentou uma proposta no âmbito da Prevenção Primária das Toxicodependências.

“Proposta:

Considerando que:

O Concelho de Belmonte, tal como a maior parte dos concelhos deste País, tem problemas no âmbito das toxicodependências:

Que julgo que não existem no nosso concelho Planos Municipais de Prevenção Primária das Toxicodependências julgo que terminaram e portanto já não existe financiamento para os mesmos;

Mas que estes problemas devem ser combatidos a montante e não a jusante, e que nós autarcas devemos, pelo menos, reflectir sobre esta problemática;

Proponho a esta Assembleia que aprove a discussão deste assunto no âmbito da Comissão Permanente desta Assembleia, com o intuito de reflectir sobre a possibilidade de encontrar alguma forma de localmente se poder desenvolver um Plano de Prevenção Primária nas nossas Escolas, fazendo parcerias e aproveitando os recursos locais, com o objectivo de apresentar ao digníssimo Executivo Municipal uma solução que possa ser acarinhada e apoiada pela nossa Câmara Municipal.”

O Senhor Deputado **António Luís Nave D` Elvas** (PSD):

“Questiono o Executivo Municipal se o concelho de Belmonte está contemplado nas zonas prioritárias do novo quadro a nível da prevenção primária da toxicodependências que nesta altura se encontra na fase 4, uma vez que as áreas prioritárias já estão identificadas. Gostaria de saber se o concelho de Belmonte foi considerado prioritário para a sua intervenção, ou não, porque se não foi considerado prioritário não terá acesso a financiamento.”

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu o Senhor Deputado António Luís Nave D` Elvas:

“Antes de responder às questões que me foram colocadas gostaria de referir que relativamente à abertura do Centro de Saúde de Belmonte aos fins-de-semana e feriados, é uma batalha que tem vindo a ser travada há muito tempo e que veio contrariar todas as expectativas, uma vez que não encerrou como se dizia e que pelo contrario irá ter um alargamento de horário do funcionamento. Este foi um esforço tido por varias entidades e de uma forma particular na pessoa do seu Director, que foi ele que garantiu os recursos necessários para que pudesse funcionar nesses horários, portanto a ele também uma palavra de apreço e de agradecimento. Gostaria também de agradecer ao Senhor Administrador da ARS Centro que foi muito receptivo e compreensivo em relação aos nossos argumentos, o que acabou por vir a resolver uma situação que já se arrastava há bastante tempo, e que era um desejo de todos.

Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado Luís D` Elvas o que foi decidido ao nível do Distrito de Castelo Branco foi implementar os planos de preparação da toxicoddependência ao nível das faixas etárias mais elevadas, nomeadamente, ao nível dos jovens universitários.”

O Senhor Deputado **António Luís Nave D` Elvas** (PSD):

“A minha questão prende-se com o facto se o Concelho de Belmonte foi ou não incluído em alguma área de intervenção prioritária com vista à sua integração nos programas de prevenção primária da toxicoddependência. Porque nomeadamente a cidade da Guarda foi considerada uma zona de intervenção prioritária, e nas fases seguintes apenas terão acesso a financiamento para programas de prevenção primária os concelhos e as áreas geográficas tidas como prioritárias, e o Concelho de Belmonte é um concelho que tem um problema grave de toxicoddependência, daí a minha preocupação.”

O Senhor **Carlos Manuel Teixeira Amaro** Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas:

“Surpreende-me o facto deste tema estar a gerar tanta preocupação aos autarcas e deputados desta assembleia, uma vez que há bem pouco tempo alguém censurou uma noticia publicada pelo Jornal Noticias da Covilhã, noticia essa elaborada por um Jornalista do Concelho de Belmonte, que foi praticamente crucificado nesta assembleia e inclusive houve pessoas que exigiram que este fizesse um pedido publico de desculpas, uma vez ser uma noticias falsa. A meu ver as pessoas que anteriormente crucificaram e censuraram publicamente o autor dessa notícia, deveriam reconsiderar as atitudes tomadas e apresentar um pedido de desculpas ao jornalista que publicou a noticia.”

O Senhor **António Manuel Gonçalves Rodrigues** Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte:

“Só espero que com esta questão colocada á volta da minha proposta não a tenha desvirtuado, porque o que eu quis dizer foi que independentemente do facto de ter financiamento, ou não, a Câmara Municipal se assim o entender, pode acarinhar uma solução para um plano de prevenção primária para as nossas escolas.”

O Senhor Deputado **António Luís Nave D` Elvas** (PSD):

“Quanto á proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte o PSD concorda com ela na integra pelo que a votará favoravelmente.

Mas dada aqui a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas, e ficando um pouco no ar a suspeita, e vindo ela da bancada do PS, e uma vez que o PSD não se vê em nenhuma das posições que supostamente alguém aqui durante uma assembleia municipal terá feito referencia a uma possível noticia publicada pelo Jornal Noticias da Covilhã, relativamente a esta matéria, solicitava ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas que identificasse claramente as pessoas que fizeram tal «julgamento», para que essas se possam retratar e para que não paire a suspeita nesta assembleia sobre pessoas que não têm rigorosamente nada a ver com isto tipo de atitudes. Não temos memória que tal tenha acontecido, mas se o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas conhece as pessoas que o fizeram deve dizer-lo claramente, deve atesta-lo com actas, que possam suportar as suas afirmações, pelo que concordamos inteiramente. Se isso foi aqui tratado dessa forma, deverá ser feito um pedido de desculpas ao Senhor Jornalista pela pessoa que proferiu tais afirmações.”

O Senhor Carlos Manuel Teixeira Amaro Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas:

“Não me dirigi a ninguém do PSD nem se quer acusei ninguém dessa bancada, e não tenho que dar satisfações a ninguém. Se os senhores deputados que estão aqui nesta assembleia não se lembram do que aqui foi dito, o que estão aqui a fazer? Estão a dormir? Ou só ouvem aquilo que lhes interessa! Aquilo que aqui afirmei foi dito na assembleia e foi dito nos órgãos da comunicação social. Se não sabem quem foi o jornalista e se lessem o Noticias da Covilhã, já saberiam quem assinou essa notícia, porque isso foi tratado aqui. Comprometo-me a trazer a esta assembleia a acta e as gravações da Rádio Caria onde isso foi dito para o provar. Aqui, muitas coisas que são ditas, não são transcritas para acta e os senhores sabem-no perfeitamente.”

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia relativamente á intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas disse:

“As gravações da Rádio Caria não fazem fé perante esta assembleia, mas sim as nossas actas. Relativamente ao facto do senhor afirmar que este assunto foi debatido nesta assembleia, penso haver um lapso da sua parte porque tanto quanto sei foi tratado numa reunião do Executivo Municipal.”

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou que naquele momento se registavam 18 presenças na sala.

De seguida informou que se iria passar à votação da proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte.

Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu às questões que lhe foram colocadas:

“Não posso concordar com aquilo que foi dito pela Senhora deputada da CDU, porque aquilo que disse não corresponde á realidade.

Em relação ao prolongamento de horário, nós temos oferta de prolongamento de horários para todo o pré-escolar, não há lista de espera excepto no Carvalhal Formoso que não há prolongamento de horário, onde estamos a tentar criar soluções para isso. No Pré-Escolar é dado apoio ás famílias, quando as famílias não podem acompanhar as crianças. Não podemos generalizar esta situação, não é obrigatório o prolongamento de horário.

Em relação ás questões colocadas pelo Senhor Deputado Acácio Dias:

Disse aqui na sua intervenção que o Concelho de Belmonte “é um dos concelhos que tem um custo de vida dos mais elevados”, mas ainda esta semana saiu uma noticia no Jornal do Fundão em que Belmonte era o terceiro concelho entre os vinte e quatro da Beira Interior com o melhor poder de compra. O que denota que estamos a trabalhar e atentos ás preocupações dos senhores munícipes e à criação de melhores condições de vida para estes. Gostaria também de deixar aqui a informação que o Concelho de Belmonte, entre vinte e quatro da Beira Interior, é um dos que registou um crescimento de população neste últimos quatro anos, o que revela algum empenho nas iniciativas que a Câmara vai tendo em tornar as coisas mais simples em Belmonte.

Em relação às reivindicações referidas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte no que concerne à construção da ligação de Belmonte ao Nó Sul da A23, dizer que podem contar com o apoio do Executivo Municipal no sentido de levar por diante esse anseio.

Relativamente ao Workshop sobre a toxicodependência gostaria de esclarecer que a câmara foi parceira nesta iniciativa.”

O Senhor Deputado Acácio Nunes Bernardo Dias (PSD):

“Queria referir que realmente li as notícias a que se refere ao aumento da população no Concelho de Belmonte, e no que se refere ao rendimento das pessoas. Mas, disse aqui literalmente “atendendo ao facto de todos conhecido que o custo de vida no nosso Concelho é igual ou superior ao das cidades que nos circundam”, e é a única diferença que aqui pode haver é nas rendas das habitações, porque no resto custa tanto aqui ou mais que nas cidades circundantes. Atendendo ao facto que o Senhor Presidente ter referido que o rendimento de Belmonte é assim tão elevado, não virá mal nenhum se a Câmara dispensar em favor dos cidadãos uns cêntimos do IRS que lhes é cobrado.”

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos e declarou-o aberto à discussão.

4 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

4.1 - INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO;

O Senhor Deputado José Carlos Dias Duarte Gonçalves (PSD):

“Na tentativa de esclarecimento e da salvaguarda dos princípios destes munícipes uma questão que penso que é do conhecimento de todos e que tem a ver com o diferendo entre a Câmara Municipal e a Santa Casa da Misericórdia de Belmonte em relação aos

resíduos domésticos que supostamente tem sido colocados em locais menos apropriados. Gostaria de saber se a situação está resolvida, e se eventualmente estão ultrapassadas quaisquer situações no que diz respeito em termos de saúde pública.”

A Senhora Deputada **Ilda Maria Barroso Leal** (CDU) colocou algumas questões:

“Em relação à Construção do Pavilhão Gimnodesportivo de Caria, gostaria de saber qual local da sua implantação e se está a ser planeado de acordo com outros equipamentos necessárias nomeadamente o futuro Centro Educativo de Caria.

Em que ponto está a Carta Educativa e a Revisão do PDM?

No capítulo da educação diz na informação que está em fase de montagem o equipamento informático para os Jardins de Infância do Município de Caria, Carvalhal Formoso e Colmeal da Torre, pelo que falta aqui o Jardim de infância do Monte do Bispo.

Centro Educativo de Belmonte, relembrar duas situações que são fundamentais, o espaço coberto no exterior e um passadiço coberto de acesso ao refeitório.

Achamos também que poderiam ser colocado um eco ponto no exterior do edifício, para que se possa fazer a recolha selectiva dos resíduos e dessa forma inculcar às crianças essa prática.

Relativamente à construção do Lar de idosos de Caria gostaria também saber já há alguma novidade?”

O Senhor Deputado **Acácio Bernardo Nunes Dias** (PSD):

“Todos temos consciência de que vivemos num Município do Interior que interessa dinamizar, quer através de novas indústrias, de novos serviços e de mais comércio, sob pena de podermos vir a ser integrados em qualquer um dos municípios circundantes.

As indústrias o comércio e os serviços, analisam antecipadamente à sua decisão de se implantarem em qualquer local, além de outras vertentes, a mão-de-obra disponível e o seu grau de formação.

Consideramos fundamental que a Autarquia utilize todos os meios ao seu alcance para influenciar as populações, criando nelas a vontade de se fixarem no Concelho de Belmonte, para que possa ser um Concelho de futuro e com futuro.

Essa vontade e esse estado de espírito nascem em primeiro lugar, criando vantagens e condições de bem-estar aos cidadãos e em segundo, divulgando com empenho e diariamente por todos os meios as vantagens existentes, para que delas todos os cidadãos tenham conhecimento e possam usufruir.

Existem já algumas isenções e benefícios criados pelo Município e aprovadas por esta Assembleia Municipal, mas que não têm merecido da parte da Autarquia a devida divulgação.

Outras importam criar, como por exemplo:

- Colocar à disposição dos interessados os terrenos urbanizados existentes no Concelho a preços muito acessíveis para jovens casais residentes ou que pretendam residir em Belmonte. (Sabemos dos preços exagerados a que são vendidos quer os terrenos para construção, quer a habitação em apartamentos.)

- Considerando que as Urbanizações particulares existentes não têm cativante qualidade e são exageradamente caras deveria a Câmara Municipal criar uma urbanização de referência com excepcionais condições para vender a eventuais interessados que pretendessem viver em Belmonte em ambiente sossegado.

- Criar condições para a implantação de um verdadeiro parque industrial.

- Criar condições mais vantajosas para que as crianças possam frequentar Infantários, creches e o ensino pré-escolar.

- Conceder subsídio para aquisição de livros escolares aos alunos verdadeiramente necessitados e em colaboração entre a Biblioteca Municipal e as escolas, criar uma bolsa de troca de manuais escolares.

- Tomar medidas para elevar o nível de ensino na Escola E B 2-3. (Não sei porquê, mas todos os anos dezenas de alunos abandonam a nossa Escola.)

- Reivindicar para o Concelho uma escola Técnico Profissional.

- Dinamizar eventos culturais que possam contribuir para uma melhor qualidade de vida dos residentes e para divulgar o nome do Concelho.

- Criar espaços de lazer apetecíveis (jardins, circuitos de manutenção e desporto, parque lúdico, etc.) quer para os jovens quer para pessoas mais idosas.

Estamos cientes de que tomadas estas medidas e outras que V. Exa. certamente terá em mente, poderão contribuir para que este Concelho tenha um futuro promissor quer para os actuais residentes, quer para outras famílias que consigamos captar.

É porque gostamos deste Concelho, senhor Presidente, que deixamos a V. Exa. estas recomendações.”

O Senhor **António Manuel Gonçalves Rodrigues** Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte:

“No ponto número quatro da Informação do Senhor Presidente diz:

“Complexo Desportivo de Belmonte.

No que diz respeito a este equipamento, que consideramos da maior importância para o desenvolvimento desportivo do Município, ...” queria sublinhar esta parte, para lhe dizer que é precisamente isto que eu quer uma grande parte de Belmonteses, consideramos que este equipamento é da maior importância para o desenvolvimento desportivo do município, até porque os nossos meninos que continuam a dignificar o município de Belmonte que continuam a ser das melhores equipas a praticar futebol nas camadas jovens no Distrito de Castelo Branco e continuam a jogar naquele que é o pior campo de futebol do Distrito de Castelo Branco. O senhor ajudou-me a acreditar que a construção desta infra-estrutura iria começar á quatro ou cinco anos, continuo a acreditar, ajudo-me a acreditar que as obras iriam começar até ao final deste ano, pedi-lhe numa destas assembleias que gostaria que o campeonato de 2008/2009 já fosse disputado no novo complexo. Pois tenho ouvido imensa

contra informação e imensa intoxicação sobre esta matéria, mas continua a creditar que as obras vão começar, mas queria que concretamente me dissesse como estão as coisas e se posso continuar a acreditar, que no próximo ano iremos ter complexo desportivo.”

O Senhor Paulo Jorge Dias Duarte Gonçalves Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal da Torre:

“No ponto um da sua informação refere a “Requalificações Urbanas em áreas Freguesias”, gostaria de saber se a Freguesia de Colmeal da Torre também está contemplada alguma pavimentação referente a este concurso.”

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia prestou um esclarecimento referente ao problema levantado sobre os resíduos hospitalares:

“Na qualidade de Delegado de Saúde quero tranquilizar as pessoas de que nunca esteve em causa a saúde pública. Uma vez que os resíduos considerados hospitalares provenientes da Santa Casa da Misericórdia são recolhidos pelo Centro de Saúde e são devidamente tratados.”

O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu às questões abordadas:

“Relativamente ao suposto abandono dos resíduos domésticos por parte da Santa Casa queria esclarecer que deixou-se de assistir ao abandono dos resíduos pelas ruas de Belmonte, pelo que este aspecto está resolvido. Gostaria também de esclarecer que não há, nem houve qualquer conflito com aquela Entidade pelo que as recolhas dos resíduos por parte dos serviços camarários sempre foram e continuam a ser feitos de uma forma normal. Em relação ao Gimnodesportivo de Caria, em princípio está pensado para os terrenos junto às Piscinas Municipais. A questão do Centro Educativo, não se prende com a localização desta infra-estrutura, porque este irá ser dotado com recintos próprios para a prática da Educação Física, e das actividades desportiva das crianças.

A Carta Educativa, estamos a aguardar dados da Escola EB 2/3 que são necessários para sua elaboração.

Em relação à Revisão do PDM aguardamos que a CCDR defina os critérios da Reserva Ecológica Nacional.

Relativamente à questão informática da pré-escola de Monte do Bispo, uma vez que encerrou a escola do primeiro ciclo nesta povoação, irá ser transferido o equipamento para a pré-escola.

No que concerne aos ecos pontos, estamos a pensar em fazer um exercício que passa pela colocação de mini eco-pontos em cartão em cada sala, no sentido de haver uma atitude pedagógica perante as crianças e ensina-las como separar os diversos resíduos.

Em relação á intervenção do Senhor Deputado Acácio Dias é obvio que iremos ter em conta as suas sugestões. Mas também gostava de lhe dizer que algumas das questões já estão ultrapassadas. Nomeadamente em relação aos loteamentos, temos vários dotados de todas as infra-estruturas necessárias e a preços simbólicos.

Relativamente aos benefícios aos casais jovens que têm o cartão-jovem está previsto benefício significativo, nomeadamente nas taxas de licença de construção, benefícios no preço da água e outros.

O êxodo dos nossos alunos para outras escolas próximas tem a ver fundamentalmente com a falta de alunos para constituírem uma turma em determinadas áreas de ensino.

Por ultimo o Complexo Desportivo de Belmonte, é um assunto que tem feito «correr muita tinta», mas há aqui dados que é preciso ter em conta, Em primeiro lugar ainda não há cobertura financeira para este investimento; em segundo lugar a Câmara ainda não recebeu por parte da Direcção da União Desportiva de Belmonte, uma declaração em como aceita mudar para o futuro Complexo Desportivo, abdicando do direito do actual campo de jogos, mas que não é impeditivo que o processo se desenvolva nos seus trâmites normais.

Em relação aos arruamentos em Colmeal da Torre, está prevista a regularização da calçada da Rua Direita, nessa freguesia.

A Senhora Deputada **Maria Manuela Martins Sampaio (PSD)**:

“Gostaria de ser esclarecida de qual o critério utilizado na distribuição dos eco-pontos pela Vila uma vez que o Senhor Presidente da Câmara foi questionado pela Senhora Deputada Ilda Barroso relativamente à colocação de um eco-ponto no Centro Educativo de Belmonte, e o senhor disse que iriam ser colocados um por sala. Pelo quanto sei, a colocação destes, é da responsabilidade de uma empresa a recolha selectiva dos resíduos. Pelo menos, foi isso, que foi dito numa assembleia anterior pelo Senhor Presidente da Câmara, quando lhe solicitei um eco ponto para a Escola EB 2 – 3 onde estávamos a desenvolver uma campanha de separação dos resíduos com os alunos.”

O Senhor Presidente da Câmara Municipal:

“Esclareceu a Senhora Deputada Manuela Sampaio, que os eco pontos a que se referiu que iria distribuir pela salas do Centro Educativo, eram baterias de eco pontos em cartão, com a finalidade pedagógica e não eco pontos dos que se costumam ver nas ruas da vila. Esclareceu também que a distribuição dos ecos-pontos é da responsabilidade da empresa Águas do Zêzere e Côa.”

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia:

“Queria congratular-me pelo início da construção do Posto Médico de Carvalhal Formoso, e solicitava ao Senhor Presidente para que esta obra andasse o mais rápido possível, porque o actual posto médico, não reúne condições para que possa funcionar condignamente.

Informo também que o Posto de Enfermagem de Malpique que está sedado no Centro Cultural daquela povoação já está a funcionar.”

4.2 – PEDIDO DE ISENÇÃO DO IMT AO ABRIGO DA ALÍNEA J) DO ARTIGO 6º DO CIMIT – MARIA DOS PRAZERES FONSECA ALMEIDA VICENTE;

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Dias Duarte Gonçalves:

O Senhor Deputado **José Carlos Dias Duarte Gonçalves (PSD)**:

“Em relação a esta questão, a minha dúvida, prende-se com o facto de na última assembleia termos deliberado este tipo de situações na generalidade. A questão é se isto é um problema jurídico e temos que deliberar caso a caso. Então a deliberação que tomamos de nada serviu. Pelo que votaremos favoravelmente.”

O Senhor Presidente da Câmara Municipal:

Esclareceu que as finanças não aceitam a deliberação na generalidade pelo que tem que se deliberar caso a caso.

O Senhor **António Manuel Gonçalves Rodrigues** Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte apresentou declaração de voto:

“Declaração de voto:

Considerando que a isenção pedida se encontra legalmente prevista no CMIT, e acreditando nos serviços competentes que avaliaram a documentação que instruiu o pedido, julgamos que a requerente preenche os requisitos para que lhe seja concedida a respectiva isenção do IMT, pelo que votaremos favoravelmente.”

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse que se iria passar a votação do ponto em discussão:

Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar pedido de isenção do IMT ao abrigo da alínea j) do artigo 6º do CIMIT – Maria dos Prazeres Fonseca Almeida Vicente;

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

4.3 – FIXAÇÃO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA O ANO DE 2007;

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal:

O Senhor Presidente da Câmara Municipal:

“O Município de Belmonte é o segundo município do Distrito de Castelo Branco com a taxa mais baixa, pelo que considerando que se recebeu menos receita no último ano achamos que não há razão para se alterar a taxa.”

O Senhor Deputado **Acácio Bernardo Nunes Dias** (PSD):

“Mais uma vez é esta Assembleia chamada a deliberar sobre a Taxa de IMI que esta Câmara nos propõe para o ano de 2007 a pagar pelos cidadãos em 2008.

Para nossa análise foi-nos fornecida a informação de que no ano de 2005 foi cobrado IMI no valor de 393 437,15 € e no ano de 2006, o valor de 359 699,61 €

Há um ano atrás propusemos nesta Assembleia a redução da Taxa de IMI para valores que nos pareceram razoáveis quer para a arrecadação de Impostos por parte do Município, quer para pagamento dos mesmos por parte do cidadão, cuja economia se encontra bastante deficitária.

Lamentavelmente, não fomos ouvidos nem pela maioria do Partido Socialista do Executivo Municipal nem desta Assembleia.

Não vemos no Município grandes obras ou infra-estruturas que possam ser prejudicadas pela falta de financiamento da Autarquia em função da arrecadação deste imposto.

(Pensamos)

Os jovens que recentemente adquiriram habitação, não estão em condições de pagar o IMI à Taxa que V. Ex.^a. propõe.

A Solidariedade deve existir em todas as vertentes e mais ainda para com os jovens no início de vida, que serão eles a garantia do futuro.

A redução da Taxa de IMI não representa para o Município o estrangulamento do seu orçamento, representando no entanto para os cidadãos, algum alívio no seu orçamento familiar.

Atentos ao que ficou exposto, propomos a esta Assembleia a aprovação das seguintes taxas de IMI para o ano de 2007, a cobrar no ano de 2008:

Taxa para os prédios rústicos 0,8%;

Taxa para os prédios Urbanos 0,55%;

Taxa para os prédios Urbanos avaliados nos termos do CIMI 0,25%.”

O Senhor Presidente da Câmara Municipal:

“Em relação aos jovens estes estão seis anos isentos de pagamento de IMI e as famílias mais carenciadas estão também isentas, ou seja de uma maneira geral a nossa população com reformas sociais e rurais não pagam IMI e temos a segunda taxa de IMI mais baixa do Distrito, pelo que a argumentação, quanto a mim, não tem grande fundamento uma vez que também é necessário assegurar cobertura financeira para futuros investimentos a realizar.”

O Senhor **António Manuel Gonçalves Rodrigues** Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte apresentou declaração de voto:

“Declaração de voto:

É importante que a população saiba que dos 11 concelhos do Distrito de Castelo Branco depois de Vila de Rei, Belmonte é o concelho que tem a taxa de IMI mais baixa. De qualquer forma considerando pelo respeito que devemos aos eleitores especialmente em matéria tão sensível com a referente a impostos, também consideramos que se a taxa de IMI fosse mais baixa talvez pudesse ser mais um estímulo para dinamizar o mercado imobiliário e com certeza que iria reduzir a carga fiscal dos cidadãos e das famílias. No entanto também sabemos que não podemos exigir à Câmara Municipal uma melhor prestação de serviços e a realização de investimentos essenciais à manutenção e melhoria da qualidade

de vida dos Belmonteses se esta não tiver receitas para os fazer. Considerando o que disse e até porque sou Presidente da Freguesia de uma Junta de Freguesia, tenho alguma dificuldade em estar por um lado a reivindicar investimentos e simultaneamente a dificultar a obtenção de receitas. Por tudo isto irei votar favoravelmente.”

O Senhor Deputado **Acácio Bernardo Nunes Dias** (PSD):

“Queria complementar um ponto da minha proposta, que seja efectivamente agravado nos prédios que injustificadamente se encontrem devolutos e em mau estado de conservação.”

A Senhora Deputada **Ilda Maria Barroso Leal** (CDU):

“Declaração de voto:

Com base nas informações prestadas de que houve uma diminuição das receitas em 2005 e 2006, e as taxas de Belmonte são das mais baixas do Distrito de Castelo Branco. Seria pura demagogia e populismo estarmos a votar o abaixamento das mesmas. Poderia mesmo, ser contraproducente para a realização dos investimentos necessários ao concelho. E caso não se cortasse nos investimentos, se cortasse na qualidade dos serviços públicos dando argumento a que teriam de se privatizar porque em teoria ficariam mais baratos.

Sendo assim a CDU vota favoravelmente a proposta da Câmara.”

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou que se iria à votação das propostas apresentadas.

Tendo a Assembleia deliberado por maioria com 11 votos a favor do PS e 1 da CDU contra 7 votos contra do PSD. Aprovada a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

4.4 – ALTERAÇÃO DOS PROTOCOLOS DE GESTÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DE BELMONTE E DE CARIA;

A Senhora Deputada **Ilda Maria Barroso Leal** (CDU):

“Sempre que se faça uma proposta de alteração aos regulamentos estes deverão vir junto para que se possa fazer uma avaliação rigorosa da situação.”

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu:

“A alteração que se está a propor foi aprovada em reunião do Executivo Municipal no sentido de permitir às Juntas de Freguesia que possam concessionar a exploração dos bares.”

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou que se iria à votação das propostas apresentadas.

Tem do a Assembleia deliberado por unanimidade aprovar a Alteração dos Protocolos de Gestão das Piscinas Municipais de Belmonte e de Caria.

4.5 – SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DEBELMONTE E ESTABELECIMENTO DE MEDIDAS PREVENTIVAS – VALE DA GAIA – ALTERAÇÃO DO TEXTO DAS MEDIDAS PREVENTIVAS;

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu:

“Esta alteração tem a ver com uma notificação feita pela CCDRC no sentido de alterarmos a deliberação anterior, eliminando o número 2 do artigo 3º relativo ao processo de Suspensão Parcial do PDM de Belmonte e Estabelecimento de Medidas Preventivas – Projecto Turístico Integrado de Desenvolvimento do Vale da Gaia, uma vez que não faria sentido porque o PDM de Belmonte ainda não está revisto.”

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou que se iria à votação do ponto em questão:

Tem do a Assembleia deliberado por maioria com 17 votos a favor do PS e do PSD e com o voto contra da CDU, aprovar a Suspensão Parcial do PDM de Belmonte e Estabelecimento de Medidas Preventivas – Projecto Turístico Integrado de Desenvolvimento do Vale da Gaia – Alteração do texto das Medidas Preventivas.

4.6 – ÁGUAS DO ZÊZERE E CÔA, SA – EMPREITADA DE SANEAMENTO – CONCURSO M (LOTE I) – ETAR DE MONTE DO BISPO – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA:

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu:

“Este assunto tem a ver com um pedido feito pela empresa das Águas do Zêzere e Côa, S.A. relativamente à construção de uma ETAR que já está feita, mas por uma questão de legalização por parte do Ministério do Ambiente têm que desafectar aquele terreno porque está em Reserva Agrícola, daí o pedido de interesse publico.”

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou que se iria à votação do ponto:

Tendo a Assembleia deliberado por unanimidade, o pedido de Declaração de Utilidade Pública – Empreitada de Saneamento – Concurso M (Lote I) – ETAR de Monte do Bispo.

“Queria levantar aqui uma questão que foi muito desagradável em Carvalhal Formoso que é o problema do saneamento na parte baixa da Rua da Canada que frequentemente a tampa da caixa de esgoto está levantada dando origem há libertação de águas não pluviais com as consequências em termos de cheiro muito desagradáveis. Pelo que era do agrado de todos que aquele problema fosse resolvido.”

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu o Senhor Deputado:

“A rede sul de Carvalhal Formoso está a drenar para uma ETAR que é um fossa séptica que foi construída para uma determinada função que agora já é insuficiente. O

problema é que o colector numa extensão de 100 metros tem uma cota muito rasante. A solução para o problema passa pela ligação do colector ao emissário principal que vai drenar todos efluentes de Inguias e Carvalhal para Caria. O emissário está construído, a estação de elevação está construída, apenas aguardamos a ultimação da ETAR de Caria para que estes efluentes possam ser para lá canalizados.”

5 – 2º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES MUNICÍPES:

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público presente tendo havido uma intervenção por parte do Senhor José Armando dos Santos Amaro.

O Senhor José Armando dos Santos Amaro disse:

“Queria perguntar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal em que ponto se encontra a Revisão do PDM de Belmonte?”

O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu a questão que lhe foi colocada:

“Os estudos de caracterização das várias entidades que participaram na revisão do PDM, estão praticamente todos aprovados pelo que aguardamos que a CCDRC faça a definição no âmbito da intervenção da REN, para passar à discussão na Comissão de Acompanhamento.”

O Senhor Presidente da Assembleia propôs a aprovação de todas as deliberações em minuta, tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade.

E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada esta reunião, da qual eu, _____, Primeiro Secretário da Mesa, redigi, subscrevi e assino a presente acta.

O Presidente da Mesa

O Primeiro Secretário

O Segundo Secretário